

**ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Pedro Kemp e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e João César Mattogrosso, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhoras e senhores deputados, público presente e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Convido o deputado Paulo Duarte para assumir momentaneamente a segunda-secretaria e proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputado João César Mattogrosso, que ocupa a primeira-secretaria, e a todos que acompanham esta Sessão. *"Ata da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado João César Mattogrosso e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Lia Nogueira primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cinquenta e Um da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 8/2026, do Poder Executivo; Ofícios nºs 1.551 e 1.552/2026, da Presidência da República; Ofício nº 72/2026, da Prefeitura Municipal de Dourados; e-mail da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul; e-mail de Luiz Fernando Buainain; e-mail de Zumilson Custódio da Silva, delegado da Receita Federal em MS. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David e Zé Teixeira. Ausência justificada do deputado Junior Mochi. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 236/2024, de autoria dos deputados Pedrossian Neto e Professor Rinaldo, Mara Caseiro, Gleice Jane, Lia Nogueira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada aos familiares do doutor Jesus Francisco de Almeida; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João César Mattogrosso, endereçada aos familiares de Aloysio de Barros Vianna; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Margarida Graciano dos Santos; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), professor Doutor Laércio Alves de Carvalho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à professora pós-doutora Bartolina Ramalho Catanante; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao presidente do Instituto SOS Pantanal, senhor Alexandre Bossi, bem como o repórter e influenciador Rodrigo Viaja, do perfil do Instagram: @rodrigao.viaja, pela produção do*

*vídeo com uso de inteligência artificial para voltar quinhentos anos na história do Bioma Pantanal e dos indígenas guatós, explorando as belezas do Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, na pessoa do pastor João Martins, presidente da Convenção Geral dos Ministros de Mato Grosso do Sul, pelos cento e quinze anos de fundação da referida igreja no Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria dos deputados Paulo Duarte e Gerson Claro, em reconhecimento à trajetória de vida e contribuição comunitária da senhora Maria Joaquina Mondini; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Hashioka, endereçada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na pessoa do superintendente estadual em Mato Grosso do Sul, senhor Mário Alexandre de Pinna Frazeto, em celebração aos seus noventa anos de existência; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Hashioka, endereçada ao senhor Eurico Fernando Vieira, em reconhecimento à sua posse como governador do Rotary Internacional – Distrito 4470, para a gestão 2026-2027; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à tenente-coronel PM Gabriella Letícia Fernandes de Oliveira, pela nomeação para o Comando do 3º Batalhão da Polícia Militar, sediado no município de Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, pela parceria inédita firmada com a empresa de tecnologia Google, oferecendo inteligência artificial nas escolas de Mato Grosso do Sul e também por ter criado o programa CEP Rural, beneficiando milhares de produtores rurais; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Henry Tamashiro de Oliveira, delegado-adjunto da Receita Federal em Mato Grosso do Sul, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor ao delegado Tiago Macedo dos Santos, superintendente de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, desde 16 de fevereiro de 2023, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor ao delegado Carlos Henrique Cotta Dangelo, superintendente regional da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Hashioka, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, na data de 1 de julho de 2026, às 14h, para a realização de uma audiência pública, com o objetivo de tratar a questão dos fios soltos no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, no dia 17 de junho de 2026, a partir das 15h, para a realização da reunião da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Jamilson Name, Gleice Jane, Gerson Claro, Hashioka, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Mara Caseiro e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, três de junho do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Obrigado, deputado Paulo Duarte. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado João César Mattogrosso que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado João César Mattogrosso - PSDB) —

Bom dia, senhor presidente, senhores e senhoras deputadas e a todos os presentes nesta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 09 de junho de 2026: Ofício nº 234/2026, da Presidência da República, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 671/2026); Ofícios nºs 170.163 e 172.296/2026, do Ministério dos Transportes, respondendo requerimento e indicação dos deputados Gleice Jane e Lidio Lopes, respectivamente (Prot. nºs 1291, 1161/2026); Ofício nº 427/2026 (eletrônico) da Caixa Econômica Federal, encaminhando termos de compromisso celebrados entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Caixa Econômica Federal (Prot. nº 1576/2026); Ofícios nºs 438, 439 e 1629/2026 (eletrônico) da Caixa Econômica Federal, encaminhando créditos de recursos financeiros – orçamento geral da União (Prot. nº 1581/2026, 1586/2026); Ofício nº 0463135/33/002914/2026, da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de aplauso da deputada Gleice Jane; e-mail da reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de apoio do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 1248/2026); e-mail da professora Letícia Couto Garcia, do Laboratório Ecologia da Intervenção da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 1048/2026); e-mail da senadora Tereza Cristina, respondendo à moção de apoio do deputado Junior Mochi (Prot. nº 1345/2026); Ofício nº 9/2026, do Bioparque Pantanal, respondendo à indicação do deputado Paulo Corrêa (Prot. nº 1403/2026); Cartas nºs 545 e 549/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lidio Lopes e Marcio Fernandes (Prot. nº 707, 1057/2026); Carta nº 450/2026, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 835/2026); Ofício nº 675/2026, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. respondendo à indicação do deputado Zé Teixeira (Prot. nº 1122/2026). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Passemos à **Segunda Parte**

do Pequeno Expediente. Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença do coronel Joaquim Rodrigues Lopes, representando o reitor do Santuário São Judas Tadeu, padre Alex Messias. Registro também a presença da assistente social Stella Márcia Scandola; da Carmem Ferreira Barbosa, coordenadora municipal da Tendência Avante, do Partido dos Trabalhadores; da secretária de finanças do PT, Cristiane Santana; do senhor Dionísio e da senhora Maria Auxiliadora, ilustres representantes do movimento contra os 14% dos aposentados. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes. Transferida. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor

presidente, nobres pares, todos que nos acompanham pela TV Alems e que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Conselho Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Cetran-MS), representado pela sua presidente, Regina Maria Duarte, extensiva a toda equipe de coordenação, conselheiros, observadores de certificados, parceiros e colaboradores envolvidos na realização da campanha "Movimento Maio Amarelo, Povos Indígenas 2025". A moção de congratulação, após aprovada, deverá

ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado estadual João César Mattogrosso, congratula-se com o Conselho Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Cetran-MS), representado pela sua presidente, Regina Maria Duarte, extensiva a toda equipe de coordenação, conselheiros, observadores de certificados, parceiros e colaboradores envolvidos na realização da campanha "Movimento Maio Amarelo, povos indígenas 2025". A homenagem é um reconhecimento pelo extraordinário trabalho desenvolvido durante o mês de maio, levando educação para o trânsito, conscientização e promoção da segurança viária às comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul com ações realizadas nas aldeias Bananal, no município de Aquidauana; Nande Ru Marangatu, no município Antônio João, e Lagoinha, no município de Miranda, alcançando centenas de indígenas e fortalecendo a cultura da preservação da vida. Sob a liderança da presidente Regina Maria Duarte, o Cetran/MS inovou ao aproximar as ações educativas à realidade dos povos indígenas, respeitando suas tradições, costumes e identidade cultural, promovendo palestras, atividades lúdicas, distribuição de materiais educativos em línguas indígenas, entrega de capacetes e a assinatura do "Pacto Pela Vida no Trânsito", reforçando o compromisso permanente com a redução dos sinistros e a valorização da vida. Destaca-se ainda que a campanha "Movimento Maio Amarelo Povos Indígenas" ganhou projeção estadual e nacional pela sua originalidade, relevância social e impacto positivo, tornando-se referência em educação para o trânsito e colocando Mato Grosso do Sul entre os grandes protagonistas do movimento "Maio Amarelo" no Brasil. O trabalho desenvolvido pelo Cetran-MS vem sendo amplamente reconhecido e figura entre os projetos com forte potencial para receber premiação nacional do Movimento "Maio Amarelo", evidenciando a excelência, a inovação e o compromisso da equipe com a preservação da vida e a construção de um trânsito mais humano, seguro e inclusivo. As conquistas reafirmam o protagonismo de Mato Grosso do Sul no cenário nacional da inovação e da excelência na administração pública, demonstrando o comprometimento das instituições estaduais com soluções eficientes, modernas e voltadas à melhoria da vida da população. Nossos mais sinceros cumprimentos ao Conselho Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Cetran-MS), à presidente Regina Maria Duarte e a toda a equipe envolvida, desejando que continuem inspirando ações transformadoras em favor da segurança viária e da cidadania, sendo todos merecedores da honraria desta Casa Legislativa. Antes de finalizar, quero cumprimentar e agradecer a presença, neste Plenário, do meu amigo Thiago Martins, diretor da Escola Harmonia. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores, e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Primeiramente quero cumprimentar o meu amigo Thiago Martins proprietário da escola Harmonia, excelente instituição de ensino aqui da nossa Capital. Seja sempre bem-vindo. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Conselho Regional de

Odontologia do Estado de Mato Grosso do Sul, representado pela sua presidente, doutora Silvana da Silva Silvestre Cabral, em reconhecimento ao relevante trabalho desenvolvido por meio do projeto "Levando Sorriso ao Campo". O projeto atua em parceria com entidades como o sindicato da categoria, a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) no Mato Grosso do Sul, e empresas do setor, levando dentistas e equipes com veículos às regiões rurais do nosso estado, com foco na educação e prevenção. O projeto realiza palestras, demonstrações práticas de higiene bucal e distribuição de kits contendo escova de dentes, creme e fio dental, beneficiando crianças e famílias, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população rural. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a destinação de duas viaturas com tração 4x4 para a Polícia Militar do município de Nova Andradina/MS, sendo uma destinada ao Pelotão da Polícia Militar do Distrito de Nova Casa Verde e outra para reforçar o atendimento operacional na sede do município. A presente indicação tem por objetivo fortalecer a estrutura operacional da Polícia Militar no município de Nova Andradina e no Distrito de Nova Casa Verde, por meio da destinação de duas viaturas com tração 4X4, adequadas às características geográficas e às demandas de segurança pública da região. Nova Andradina possui extensa área rural e abrange tanto a zona urbana, quanto as vastas áreas rurais. Já o distrito de Nova Casa Verde apresenta grande necessidade de deslocamento em estradas vicinais e vias não pavimentadas. Em períodos chuvosos as condições de trafegabilidade tornam-se mais difíceis, exigindo veículos com maior capacidade de acesso e resistência. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Eu gostaria de registrar o meu inconformismo com a situação que está sendo posta para Mato Grosso do Sul, com relação ao pedágio da BR-163, que terá um aumento da ordem de 43%, o que é um acinte à sociedade e a todos que transitam pela BR-163, que é o mais importante eixo rodoviário de Mato Grosso do Sul. Nós temos uma repactuação que foi construída de forma meio nebulosa, tendo em vista que na manifestação do TCU, o relator, doutor Haroldo Cedraz, foi muito claro em premiar a irresponsabilidade da concessionária e a inação injustificável da agência reguladora, essa que agora está permitindo esse aumento no pedágio. Essa é uma forma de prejudicar a sociedade! Essa rodovia tem em torno de mil e quinhentos acidentes por ano, foram trezentas e cinquenta vítimas fatais de 2020 até hoje, fora os sequelados e os que foram feridos. É um prejuízo econômico muito grande, são vidas que se perdem e só há expectativa de mais duzentos e três quilômetros de duplicação da rodovia, ou seja, cento e cinquenta quilômetros já duplicados (18%), mais duzentos e três quilômetros (22%). Então, 40% da rodovia seriam duplicados e, se formos considerar mais alguns trechos de perímetro urbano, teremos quatrocentos quilômetros de duplicação, ou seja, quatrocentos e quarenta e cinco quilômetros de pista simples por mais trinta anos, porque na renovação do contrato de concessão foram recuperados os dez anos de 2014

até 2024. Eu entendo que o Mato Grosso do Sul não pode permanecer inerte, inclusive, na semana passada, eu encaminhei um ofício ao secretário Rodrigo Perez, pedindo que o Estado, através da Agesul ou da Agems, faça a contagem do volume de tráfego nessa rodovia, principalmente nos trechos onde não está prevista a duplicação. Se o Estado tiver esses números, ele poderá exigir que esse contrato que penaliza a sociedade, que traz prejuízo, que traz vítimas fatais e acidentes, seja revisto, porque esta Casa de Leis, o Governo do Estado e a sociedade sul-mato-grossense não merecem esse desatino de 43% de aumento. A irresponsabilidade começou em 2013, na licitação da concessão da CCR-MSVia, hoje, Motiva, quando entrou com 52% de desconto. Talvez essa fosse até uma forma de ganhar a qualquer custo essa concessão, mas o capital agora não aceita prejuízo, não aceita responsabilidade, porque é muito fácil ingressar na licitação, ganhar, enrolar por dez anos, e somente agora, em 2026, iniciar a duplicação dos trechos por conta da repactuação. Eu acho inadmissível esse aumento do pedágio porque, a partir de 2017, mesmo não tendo sido feita a duplicação, o pedágio foi corrigido pelo IPCA. Houve época, inclusive, que o pedágio recebeu um aumento de 16%, e no ano passado foi 5,53%. Vale registrar que na semana passada houve acidente no “Pare e Siga” e também em Juti, ambos com vítimas fatais. Portanto, fica aqui registrada a minha indignação, porque isso é inaceitável para o Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Deputado Hashioka, eu quero me somar a Vossa Excelência nessa manifestação e dizer que é um absurdo esse reajuste de 43% no pedágio aqui no Mato Grosso do Sul, mesmo porque as obras não contemplam a necessidade do estado, nem daquilo que foi pactuado no passado. Realmente é revoltante vermos essa situação. Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, e aos deputados federais e senadores representantes do Estado de Mato Grosso do Sul, na Câmara e no Senado, solicitando a viabilização de recursos a serem aplicados na aquisição de um caminhão pipa para auxiliar na manutenção, limpeza e desobstrução do sistema de esgotamento no município de Laguna Carapã. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez, solicitando, em caráter de urgência, a pavimentação da estrada do Panambi, no município de Dourados, assim como a manutenção da via com recuperação e retirada de entulho depositado na margem da referida estrada. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e a todos que nos acompanham pela TV e

Rádio Alems. Quero cumprimentar e agradecer a presença dos representantes da comunidade São Judas Tadeu. Estão aqui o coronel Joaquim Lopes, representando o reitor do santuário, padre Alex, o Paulo Henrique e a Simone, integrantes do setor de assuntos administrativos e econômicos do santuário. Eles vieram acompanhar a votação do projeto de lei, de minha autoria, que será votado hoje e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Novenário em Honra a São Judas Tadeu e a Festa das Nações. Esse é um evento com duas intenções muito importantes para Campo Grande e agora para o Mato Grosso do Sul, sendo uma forma religiosa e social da comunidade para a integração das famílias. Senhor presidente, eu trago duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após o ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando, de forma urgente, a execução de recapeamento na rodovia MS-395, no trecho compreendido entre os municípios Bataguassu e Anaurilândia, em razão da grande quantidade de buracos e das precárias condições do pavimento, situação que tem comprometido a trafegabilidade e aumentado os riscos de acidentes aos usuários que utilizam diariamente. Além do recapeamento, há também a necessidade de uma Operação Tapa-Buraco, principalmente na região do Distrito do Quebracho, agora com mais urgência em razão das chuvas que aconteceram recentemente. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao policial civil Giancarlo Corrêa Miranda, pela eleição para o mandato de 2026 a 2030 à presidência da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), em reconhecimento à confiança depositada em sua liderança pelos representantes dos policiais civis de todo o Brasil. Na verdade, ele foi reconduzido ao cargo de presidente pelo excelente trabalho que desenvolveu na gestão anterior. Eu trago também um projeto de lei. Declara de utilidade pública estadual a Academia de Letras do Brasil, seccional Costa Rica, com sede e foro no município de Costa Rica. Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Academia de Letras do Brasil, seccional Costa Rica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Costa Rica. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. A presente proposição tem por finalidade declarar de utilidade pública estadual a Academia de Letras do Brasil, seccional Costa Rica, entidade cultural fundada em 12 de agosto 2022, no município de Costa Rica. Essa instituição se dedica à promoção da literatura, das artes, da valorização da cultura regional, desenvolve relevante trabalho de incentivo à leitura, à produção literária, à pesquisa cultural e à preservação da memória histórica local, atuando como importante instrumento de fortalecimento da identidade cultural da comunidade costa-riquense. Esse pleito atende ao pedido da vereadora Evair, que reconhece a importância da Academia de Letras de Costa Rica. Eu peço o apoio dos nobres colegas para que esse projeto seja aprovado. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu quero me somar ao pronunciamento do deputado Hashioka, que também é membro da Comissão de Acompanhamento da BR-

163, e dizer que realmente é revoltante, inclusive já me manifestei com relação a isso. Vossa Excelência falou da necessidade ideal da duplicação do trecho da divisa de Mato Grosso até o Paraná, mas nem o trecho que está para ser duplicado tem obra iniciada, e agora ainda vem o aumento do pedágio autorizado pela agência reguladora. Não dá para entender e para aceitar. Quero dizer que nós estamos fazendo a nossa parte, mas temos nossa limitação como legisladores estaduais, visto que o assunto é tratado em nível federal. Seja como for, não dá para aceitar essa situação, porque é uma rodovia de tráfego constante, onde ocorrem frequentes acidentes, sem a condição que tem as rodovias no Estado de São Paulo e do Paraná, por exemplo, que são totalmente duplicadas. Eu quero me somar ao seu pronunciamento e me colocar à disposição para fazermos o que for necessário para mudar essa situação. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Eu gostaria de agradecer as palavras de apoio a nossa manifestação. O que está acontecendo é que nós estamos correndo atrás do prejuízo, ou seja, depois da porta arrombada, estamos tentando resolver o problema. Eu acho que as rodovias tinham que prever o volume de tráfego e fazer os investimentos na terceira faixa ou a duplicação nesses eixos rodoviários com antecedência, porque até que isso seja justificado, podem acontecer inúmeros acidentes e prejuízos econômicos. Eu vejo que o poder público está aquém da necessidade, tem tido uma visão estreita, curta, e é preciso pensar grande para resolver o problema. A BR-163 é um eixo importante, a sua duplicação é fundamental e tem que ser prioridade absoluta, jamais acontecer da forma que está acontecendo, ou seja, duplicar se precisar, mesmo porque já está precisando há muito tempo. Eu agradeço a manifestação do deputado Pedro Kemp e do deputado Caravina.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Senhor presidente, bom dia! Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Éderson José dos Santos Lourenço da Silva, em reconhecimento a sua trajetória de vida e sua convocação para defender a seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2026. Essa moção é extensiva aos familiares, em especial a sua esposa, Myckaela Lobianco; aos seus pais Jefferson Luiz da Silva e Edilene Lourenço; a sua avó, senhora Marilu Alves Sobral, no município de Campo Grande. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópia ao diretor-presidente da Agetran, senhor Ciro Vieira Ferreira, solicitando estudos de viabilidade para implantação de sete pontos de ônibus cobertos, no bairro Jardim Noroeste,

nesta capital, distribuídos da seguinte forma: um ponto na rua Piraputanga, em frente à Escola Estadual Vereador Cristóvão Silveira; dois postos na rua Barbacena; um ponto na avenida Marechal Mallet; um ponto na rua Dois Irmãos; um ponto na rua Adventor Divino de Almeida, e um ponto na rua Bananal. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Bom dia, senhor presidente, em exercício, deputado Pedro Kemp; demais pares; aqueles que nos honram com sua presença neste Plenário e quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero fazer uma indicação, uma moção de congratulação e uma moção de pesar. Indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a realização de estudos visando à melhoria do transporte escolar na zona rural do município de Miranda. A presente proposição atende às reivindicações de pais, estudantes, profissionais da educação e demais integrantes da comunidade escolar do município de Miranda, que têm manifestado preocupação com as condições do transporte escolar destinado aos alunos residentes da zona rural. É notório que grande parcela dos estudantes da região percorrem longa distância para ter acesso às unidades de ensino, utilizando estradas vicinais que em determinados períodos do ano, especialmente durante as chuvas, apresentam condições precárias de trafegabilidade. Tal realidade exige que o serviço de transporte escolar seja prestado com veículos adequados, seguros e em perfeitas condições de funcionamento, garantindo a integridade física dos alunos e a regularidade do acesso às atividades escolares. Justificativa anexa. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa, com fulcro no artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Carmen Albertina Ferronato Zorzanello, merendeira da Escola Estadual 8 de Maio, em Iguatemi, em reconhecimento à relevante conquista alcançada na 3ª edição do concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "Os membros da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representados pelo deputado estadual Lidio Lopes, parabenizam a senhora Carmen Albertina Ferronato Zorzanelli, merendeira da Escola Estadual 8 de Maio. A homenageada destacou-se, em âmbito nacional, com a receita denominada "Torta Nutritiva de Mandioca", evidenciando a importância da alimentação escolar de qualidade, da valorização dos produtos regionais e da agricultura familiar, bem como o compromisso dos profissionais que atuam diariamente na promoção da saúde e do bem-estar dos estudantes da Rede Pública de Ensino. Sua conquista representa motivo de orgulho para o Estado de Mato Grosso do Sul, levando o nome do nosso estado ao reconhecimento nacional, demonstrando que dedicação, criatividade e compromisso com a educação podem produzir resultados de grande relevância social. Ao conquistar destaque em uma competição de abrangência nacional, a senhora Carmen Albertina Ferronato Zorzanelli tornou-se exemplo de profissionalismo e excelência do serviço público,

contribuindo para a valorização da alimentação escolar como instrumento fundamental para o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Diante dessa importante conquista, esta Casa de Leis registra suas mais sinceras congratulações à homenageada, desejando-lhe contínuo sucesso em sua trajetória profissional e pessoal, bem como reitera o reconhecimento pelo relevante trabalho prestado à comunidade escolar sul-mato-grossense. Senhor presidente, o fato de uma merendeira da minha cidade, Iguatemi, da escola onde estudei desde o ensino fundamental, trazer para a alimentação escolar uma receita que ela produziu com a mandioca, ficar em terceiro lugar em nível nacional, trazendo essa referência para nós, parece uma coisa simples diante de tantas polarizações, discussões políticas e ataques pessoais das pessoas hoje nas redes sociais, mas, na verdade, é motivo de orgulho para nós. Esta Casa não poderia deixar passar incólume a oportunidade de homenagear uma pessoa como essa, até porque, muitas vezes homenageamos aqui pessoas que nem conhecem o Mato Grosso do Sul, nem sabem das nossas origens. Portanto, homenagear uma merendeira de escola para mim é uma honra e um orgulho muito grande. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Alberto Sebastião Alvarenga, em razão de seu falecimento ocorrido no dia 6 de junho de 2026, no município de Campo Grande. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado estadual Lidio Lopes, manifesta profundo pesar pelo falecimento do senhor Alberto Sebastião Alvarenga, ocorrido no dia 6 de junho de 2026, no município de Campo Grande. O senhor Alberto, carinhosamente conhecido como Beto, foi uma das mais respeitadas e expressivas lideranças comunitárias e sindicais de Mato Grosso do Sul. Ele esteve à frente da presidência da Associação dos Moradores do Bairro Santa Mônica e do Sindicato dos Metalúrgicos de Mato Grosso do Sul, dedicando sua vida à defesa dos interesses coletivos, à promoção da justiça social e à luta pelos direitos da classe trabalhadora. Foi um homem íntegro, de caráter exemplar, esposo, pai e avô dedicado, construiu uma trajetória marcada pelo compromisso com a família, pela solidariedade e pelo serviço prestado à comunidade. Sua atuação sempre foi pautada pela coragem, responsabilidade e espírito de companheirismo, qualidades que lhe renderam o respeito e admiração de todos que tiveram o privilégio de conviver com ele. Seu legado permanecerá vivo na memória dos familiares, amigos, companheiros de luta, moradores do bairro Santa Mônica e de toda a categoria dos metalúrgicos, inspirando as futuras gerações a seguir o seu exemplo de dedicação ao próximo e compromisso com as causas sociais. Neste momento de dor e saudade, registramos os nossos mais sinceros sentimentos e manifestamos solidariedade à sua esposa, filhos, netos, demais familiares e amigos, rogando para que encontrem conforto e força para superar essa irreparável perda. Diante do exposto, requer-se que esta moção de pesar seja consignada nos anais desta Casa e encaminhada cópia à família enlutada, como forma de reconhecimento, respeito e homenagem à memória de Alberto Sebastião Alvarenga, mais conhecido como Betão. Vale lembrar que quando a prefeita Adriane Lopes anunciou que alguns bairros seriam asfaltados, o Beto nos procurou e, na oportunidade, a prefeita fez o compromisso de asfaltar o bairro Santa Mônica, do qual ele era presidente. Quero dizer que mesmo com o seu

falecimento, o compromisso será cumprido. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Peço permissão aos nobres pares para fazer a leitura do meu expediente aqui da mesa. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido do colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à equipe do Portal Primeira Página e da TV Morena, pela produção da série documental "Destinos Roubados: a Epidemia do Feminicídio", pela realização do fórum sobre feminicídio e violência contra mulher em Mato Grosso do Sul. O projeto jornalístico promoveu uma importante reflexão sobre a violência doméstica e o feminicídio, reunindo especialistas e autoridades públicas representantes da sociedade civil, vítimas e familiares, para discutir medidas de prevenção, proteção e enfrentamento dessa grave violação dos direitos humanos. A iniciativa destacou histórias reais, deu visibilidade às vítimas e fortaleceu o debate público acerca da necessidade de políticas efetivas de combate à violência contra mulher, culminando na elaboração de uma carta de intenções com compromissos voltados ao fortalecimento da rede de proteção e prevenção em Mato Grosso do Sul. A relevância desse trabalho evidencia ainda mais o Mato Grosso do Sul, estado que historicamente figura entre as unidades da federação com os mais elevados índices de feminicídio do país, dá visibilidade às histórias reais, apresenta dados, ouve especialistas e promove o debate público sobre a violência de gênero. A série documental e o fórum desempenham um papel fundamental na conscientização da sociedade, acerca dos sinais de relacionamentos abusivos e dos mecanismos de proteção disponíveis às vítimas. A ampla divulgação dessas informações contribuem para o rompimento do ciclo da violência, encoraja denúncias, fortalece a rede de apoio às mulheres, auxilia aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade a identificar relações não saudáveis e a buscar ajuda antes que a violência alcance suas formas mais extremas. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de grande relevância social, educativa e preventiva que contribui diretamente para o enfrentamento do feminicídio e para a promoção da dignidade, da segurança e dos direitos das mulheres sul-mato-grossenses. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Comissão Pastoral da Terra, extensiva às Dioceses de Corumbá, Jardim e Coxim, pela realização da 2ª Romaria do Cerrado e 1ª Romaria do Pantanal, realizadas no município de Corumbá, nos dias 4, 5 e 6 de junho. O evento reuniu comunidades tradicionais, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras do campo, agentes pastorais, lideranças religiosas e representantes da sociedade civil em um importante momento de fé, reflexão, intercâmbio cultural, compromisso com a defesa da vida dos territórios e dos recursos naturais do Cerrado e do Pantanal, com o tema voltado para a valorização das águas, da justiça socioambiental e do cuidado com a casa comum. A Romaria fortaleceu o diálogo entre diferentes povos e saberes, promoveu a conscientização sobre a preservação dos biomas, a proteção dos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. A iniciativa demonstra um relevante papel desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra e pelas dioceses envolvidas na promoção da dignidade humana, da cidadania, da espiritualidade e da defesa dos povos e comunidades que vivem, cuidam

desses territórios e contribuem para o fortalecimento da esperança e da participação social. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Vander Loubet e à senhora Camila Jara, deputados federais de Mato Grosso do Sul pelo Partido dos Trabalhadores, solicitando estudos no sentido de destinarem emendas parlamentares para a aquisição de patrulha mecanizada para a Associação Ribeirinha Quilombola Família Bispo, localizada no município de Sonora. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Em primeiro lugar, eu gostaria de assinar contigo essa moção de congratulação. A romaria foi um momento importante, eu estive em Corumbá e pude perceber a importância da luta e das pautas. Eu também visitei a comunidade Antônio Maria Coelho, que tem sofrido as consequências da mineração, algo que a gente não tem discutido para saber como está a vida das pessoas próximas à mineração. Confesso que saí de lá muito preocupada porque são cinquenta famílias que estão sendo expulsas da sua área e outras que ainda estão sofrendo com doenças pulmonares, dores no corpo e doenças neurológicas. A romaria nos trouxe esses temas para refletirmos sobre a situação causada pela mineração, e não somente sobre o rio, porque a mineração tem trazido muitas consequências e por isso é preciso de maior atenção. O senhor esteve conduzindo a audiência pública, na sexta-feira, que foi muito falada em Corumbá e em todos os lugares por onde eu fui. O que me traz aqui hoje é a leitura de uma nota pública do Movimento de Mulheres de Mato Grosso do Sul, diante do fato de treze vidas terem sido interrompidas. Mato Grosso do Sul não pode continuar sendo o estado do feminicídio. O dia 1º de junho é o “Dia Estadual de Combate ao Feminicídio”, no nosso estado. Mas, o que há para celebrar, se em apenas cinco meses treze mulheres foram arrancadas de suas famílias pela barbárie machista? Quero dizer aos senhores que nós não vamos permitir que essa data passe em branco, porque o feminicídio não é uma fatalidade, mas o resultado previsível de uma cadeia de omissões de um Estado que falha no orçamento, na proteção, na prevenção e na prioridade política dada à vida das mulheres. O “Levante Mulheres Vivas” e os movimentos signatários denunciam e exigem o fim da invisibilidade estatística. As treze mortes deste ano são apenas o topo de um *iceberg* de milhares de medidas protetivas descumpridas e de uma rede de acolhimento precarizada em todo o Mato Grosso do Sul. Nós exigimos urgência legislativa no combate à misoginia e que a ALEMS e a bancada federal de Mato Grosso do Sul parem de usar a tribuna apenas para discursos de luto. Nós exigimos um compromisso político real com a aprovação integral do PL nº 896/2023, sem desidratação do texto para atender setores conservadores, reconhecendo a misoginia como violência estrutural que mata mulheres todos os dias. O orçamento e a estrutura real da Casa da Mulher Brasileira não podem continuar esquecidos, porque campanhas de conscientização não salvam mulheres em rota de fuga. Exigimos a retomada imediata e a conclusão das obras da Casa da Mulher Brasileira, no estado, referente aos projetos de Dourados, Corumbá e Ponta Porã, que se encontram travados pela lentidão e falta de prioridade política. Exigimos orçamento efetivo para abrigos estruturados, ampliação da Defensoria Pública e garantia de um auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência. Exigimos

a criação imediata de uma secretaria de estado das mulheres, porque a vida e a segurança das mulheres não podem ser tratadas como pautas secundárias ou anexas de outras Pastas. Exigimos uma secretaria dotada de orçamento próprio, autonomia e equipe multidisciplinar, com real capacidade institucional, para efetivar políticas públicas contínuas de dignidade, proteção e independência financeira. Não aceitaremos que o sangue das mulheres sul-mato-grossenses seja tratado como estatística, nossa memória é viva, nossa luta é agora, são ações e não palavras. Assinam essa carta: Levante Mulheres Vivas do Mato Grosso do Sul, Levante Feminista Elas Podem, Marcha Mundial de Mulheres e Central Única dos Trabalhadores do Mato Grosso do Sul. Eu apresentei um projeto de lei para garantir um fundo especial de financiamento para políticas de prevenção à violência contra as mulheres, porque entendo que é necessário a gente saber qual é o orçamento utilizado para as mulheres. Muito se fala em milhões na política, mas quantos milhões estão sendo utilizados na prevenção às mulheres? Essa é uma conta que ninguém apresenta, que ninguém fala e que a gente precisa realmente avançar. Então, eu quero dizer que essa carta tem todo o meu apoio e que vocês podem contar com a gente. Quero apresentar um requerimento de informação ao senhor Robison Luiz Moreira, prefeito municipal de Ribas do Rio Pardo, e à presidente da Câmara, senhora Tânia Maria Ferreira de Souza, solicitando que prestem, no prazo de quinze dias, informações detalhadas acerca do Ofício nº 044/2026 e dos atos administrativos legislativos e comunicacionais relacionados às visitas institucionais realizadas pelos vereadores Jaqueline Pereira de Arimura e Lucas Lopes Ribeiro às unidades públicas municipais, especialmente com relação às circunstâncias de apuração, comunicação, leitura em Plenário, divulgação pública e eventual repercussão institucional das alegações de irregularidades atribuídas aos parlamentares na forma que seguem. Os parlamentares têm seguido todo o rito de visita às instituições públicas, fazendo o seu trabalho de fiscalização, mas estão sofrendo perseguição, deputado Pedro Kemp, porque são do PT. Quero aqui dizer que nós não vamos aceitar qualquer tipo de perseguição política a quem é do PT e nem às mulheres que estão fazendo o seu trabalho. Não aceitaremos nenhum tipo de silenciamento aos nossos vereadores e vereadoras nos municípios, sejam eles do PT ou de outros partidos, e não vamos aceitar o silenciamento de nenhuma mulher no parlamento. Nós queremos providências imediatas. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01585/2026). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 1605/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 1606/2026); um projeto de lei (Prot. nº 1607/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: um requerimento (Prot. nº 1603/2026); duas moções de pesar (Prot. nº 1583/2026, 1582/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: oito indicações (Prot. nº 1589/2026, 1588/2026, 1587/2026, 1580/2026, 1579/2026, 01574/2026, 01573/2026, 1572/2026). De autoria do deputado Londres Machado: duas moções de pesar (Prot. nº 1596/2026, 1595/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nº 01600/2026, 1599/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 01577/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 01578/2026); um projeto de lei (Prot. nº 01592/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 1602/2026); duas moções de congratulação

(Prot. nº 01604/2026, 1601/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 01575/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01598/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 1597/2026). De autoria do deputado Hashioka: uma indicação (Prot. nº 1594/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nº 1591/2026, 01590/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Antes eu quero registrar a presença do senhor Thiago Martins, diretor do Colégio Harmonia, e do Padre Alex Messias, reitor do Santuário São Judas Tadeu. Por inversão, quero passar a palavra no Grande Expediente, ao deputado Zé Teixeira. Vossa Excelência disporá de doze minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Eu quero dizer nesta tribuna hoje sobre a minha preocupação com a saúde na região da Grande Dourados, que, no meu ponto de vista, chegou ao fundo do poço, porque não se consegue uma cirurgia cardíaca naquela região. Em Rio Brilhante, por exemplo, tem pessoas internadas para fazer cirurgia cardíaca há mais de vinte dias, inclusive eu tive que recorrer a um amigo que administra o hospital em Dourados, para que as pessoas pudessem fazer o procedimento no Estado do Paraná. O único hospital que atende procedimentos de cateterismo, troca de marcapasso e cirurgia cardíaca, fora de Campo Grande, é o Hospital Evangélico de Dourados. Ocorre que o Hospital Evangélico tinha quinze leitos de suporte para socorrer as pessoas das UPAs, mas o Governo do Estado tirou e agora os pacientes têm que sair fora do estado ou então vão a óbito. Na minha opinião, o Hospital Regional que foi inaugurado em Dourados não está servindo para nada. Eu trouxe aqui dados alarmantes. Qual é o desenvolvimento do relatório e a prestação de contas da equipe que realizou os seguintes procedimentos: análise dos dados de registro do sistema MV Soul e Core; levantamento dos dados do faturamento; região para a compilação de dados com a equipe; análise e acompanhamento, in loco, nas áreas. A seguir, apresenta-se o censo da origem dos pacientes atendidos no Hospital Regional de Dourados, no mês de abril de 2026, com os municípios organizados em ordem decrescente de atendimento. Para melhor realização, os municípios com participação percentual inferior às apresentadas na tabela foram agrupados em ordem dos municípios de Mato Grosso do Sul, contemplando localização, macrorregião, Cone Sul e outras regiões. Eu trago aqui os dados de cada um que foi atendido. Em Dourados, mil trezentos e vinte pacientes; em Ponta Porã, quatrocentos e noventa e um; em Naviraí, trezentos e quarenta; em Itaporã, trezentos e treze; em Caarapó, trezentos e um; em Fátima do Sul, duzentos e sessenta e oito; em Amambai, duzentos e vinte e dois; em Mundo do Novo, trezentos e seis; em Iguatemi, cento e oitenta e três; em Ivinhema, cento e setenta e um; nos municípios que não fazem parte da Grande Dourados, dois mil, quinhentos e vinte e sete, e para completar os 100% foram atendidas cento e vinte e cinco pessoas em outras cidades. Então, de cada dez atendimentos, Dourados atende dois do município. Diante disso, eu acho que só tem um caminho, entregar a macrorregião para o Governo do Estado e fazer um cartão do douradense. Eu aconselhei o secretário de Saúde, até para que não haja caos, fazer o cartão do SUS com o título de eleitor da pessoa e centralizar para atender com o dinheiro do Estado, da União e com o que o Município põe, porque Dourados não pode ficar pagando a conta dos outros. Se calcular o percentual da

população que recebe renda per capita e o que procede de atendimento em Ponta Porã, por pessoa, não dá nem a metade, e da mesma forma o hospital de Três Lagoas, Dourados não dá 50%. Está provado que de cada dez pessoas atendidas no Hospital Regional de Dourados, somente duas são douradenses; dos outros nove municípios da macrorregião, 39% foram atendidas fora. Então, não dá para o prefeito ficar pagando essa conta, não dá para o secretário de Saúde de Dourados ficar ouvindo absurdos, porque o sistema Core e Sisreg não abrem vaga. Existe barganha política de pessoas dentro da regulamentação, inclusive esses dias mandaram um paciente de Taquarussu para o Hospital Evangélico, mas depois que o paciente é internado, não tem como devolver e, conseqüentemente, não tem quem pague essa conta. Então, como douradense que sou, quero deixar aqui registrado o meu sentimento e dizer que Dourados tem uma macrorregião de trinta e quatro, trinta e cinco municípios, até o código do telefone do Hospital Regional é 61, e ainda não está atendendo serviço de cardiologia, só quem atende é o Hospital Evangélico. Então eu acho que a melhor coisa que o prefeito de Dourados tem a fazer, juntamente com o secretário, é entregar a macrorregião para o Governo do Estado e atender somente os pacientes do seu município, porque não dá para arcar com os custos dos duzentos e sessenta mil habitantes e quatrocentos mil cartões SUS, sem aumentar o repasse. Vale registrar também que no dia da inauguração do Hospital da Vida, o representante do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, disse que ia repassar oito milhões por mês, mas o único dinheiro que está sendo repassado é apenas um milhão e seiscentos mil, ou seja, dezenove milhões para um ano de prazo. A conversa de oito milhões que ia fazer com que as pessoas fixassem residência lá, onze mil reais por mês, ficou só no discurso e não na realidade, e mesmo tendo várias equipes extraordinárias pagas pelo SUS, quando tem que fazer uma cirurgia com médico especialista, ele tem que vir de Goiás. Eu acho, deputada Gleice, que nós precisamos fazer um levantamento criterioso no Hospital da Vida, porque ele está um caos, o forro caiu, não tem como fazer atendimento e tudo isso cai nos ombros do poder público municipal e do secretário de Saúde, que é competente, mas não consegue fazer com que o Governo aumente o repasse. Hoje, o Hospital Evangélico recebe oitocentos mil reais por mês, produz um milhão e trezentos e perde quinhentos mil por mês, mas o Instituto Presbiteriano Mackenzie investiu cento e quarenta milhões e não veio em Dourados para perder dinheiro, mesmo porque ele tem hospital em Curitiba, em Campinas, em São Paulo. Talvez fosse mais fácil para a congregação evangélica ter derrubado aquele hospital, ter vendido o terreno, pagado a conta, salvado o seu patrimônio, do que ter um hospital que não tem investimento na saúde, nem do Governo Federal, nem do Governo do Estado, e o Município não aguenta tocar a saúde só por conta dele. Eu tenho certeza absoluta que lá vai acontecer o caos porque não existe como fazer cirurgia. Eu estou tentando conseguir uma ambulância para levar uma pessoa de uma fazenda de Rio Brilhante para o Paraná, porque ela já fez a cirurgia no Hospital Evangélico, mas a veia dela obstruiu e agora ela precisa de atendimento. Eu falei com o doutor Canteiro, que é uma pessoa fantástica, e ele me disse que não tem o que fazer porque não tem contratualização. Já são quinhentos mil reais, por mês, de prejuízo para o hospital e ele não vai continuar fazendo isso, ou faz uma repactuação, ou ele vai atender os oitocentos mil e acabou. Sendo assim, as pessoas vão morrer porque não tem outro lugar, haja vista que de cada dez pessoas atendidas

no Hospital Regional, só duas são de Dourados, as outras são da macrorregião, e 39% das pessoas atendidas ninguém sabe de que município são. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Convido o deputado Paulo Duarte para assumir a segunda-secretaria e fazer o acompanhamento das votações. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado João César Mattogrosso - PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 236/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. Não estando presente a deputada Mara Caseiro, vamos retirar o projeto de pauta. Item 2. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 020/2026. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Cria, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma do Mérito Legislativo 'Pastor Gilson Breder', destinados à homenagem de pastores evangélicos". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Para declarar o voto, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Só para dizer que o pastor Gilson Breder foi uma pessoa que deixou uma história linda no que diz respeito ao evangelismo no Mato Grosso do Sul. Ele foi reconhecido no meio cristão evangélico, deixou um legado extraordinário e exemplos dignificantes a serem seguidos. Portanto, nós estamos aqui imortalizando a memória do pastor Gilson Breder, pelos trinta e quatro anos que esteve à frente da Primeira Igreja Batista da capital. Quero agradecer a votação e o apoio de todos os colegas.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Em votação.

Projeto de Lei nº 00020/2026, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Pedro Kemp (PT).

Primeiro-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte (PSB) — Senhor presidente, são treze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 000327/2025. Autor: deputado Caravina. "Inclui o Novenário em Honra a São Judas Tadeu e a Festa das Nações no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, deputado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Para discutir, o deputado Caravina, autor do projeto.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu quero cumprimentar o padre Alex, que está presente nesta Sessão, e pedir o apoio dos colegas para aprovação desse projeto referente ao Novenário e a Festa das Nações do Santuário São Judas. São festas importantes, um evento religioso e também social da família de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul, porque recebe visitantes de várias outras cidades. É um grande evento e merece estar no Calendário Oficial de Eventos do nosso estado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 000327/2025, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Pedro Kemp (PT).

Primeiro-secretário — deputado João César Mattogrosso (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Paulo Duarte (PSDB).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSDB) — Senhor presidente, são treze votos sim e nenhum voto não.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai ao Expediente. Parabéns ao padre Alex e também aos paroquianos da Paróquia São Judas Tadeu. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 264/2024. Autor: Poder Executivo. "Revoga e altera dispositivos da Lei nº 3.946, de 11 de agosto de 2010, que autoriza a instalação de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo em estabelecimentos de ensino, no Estado de Mato Grosso do Sul, adequando a sua redação aos princípios constitucionais da administração pública, à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e às garantias de proteção à comunidade". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 04, tendo com relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Vista concedida ao deputado Caravina. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, seis indicações e uma moção de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Lucas de Lima, em razão do falecimento do senhor Joilson Vieira de Oliveira. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h13min).